

O legado de Harold H. Kelley: O estudo da interdependência e atribuição de causas (*)

LEONEL GARCIA-MARQUES (**)

TERESA GARCIA-MARQUES (*)

Harold H. Kelley faleceu a 20 de Janeiro de 2003 com 81 anos.

O desaparecimento de Kelley vem empobrecer a ciência psicológica. Kelley foi um dos mais eminentes psicólogos do século XX (de facto, os trabalhos de Kelley encontram-se entre os mais citados de toda a Psicologia – ver Powell, Beavers, & Monte, 2002). Este artigo pretende ser uma homenagem ao seu génio.

Ao longo da sua vasta carreira Kelley (ver Quadro 1) realizou inúmeras contribuições que se vieram a demonstrar fundamentais para o desenvolvimento de diversas áreas de pesquisa das quais se destacam a teoria da interdependência (Thibaut & Kelley, 1959; Kelley & Thibaut, 1978) e o Modelo ANOVA de atribuição

causal (Kelley, 1967, 1972a; 1972b, 1973). Em ambos os casos, os trabalhos de Kelley possuíram um carácter verdadeiramente pioneiro, granjeando foros de referência incontornável.

Como em outros grandes cientistas, o brilhantismo de Harold Kelley deve-se, não tanto à defesa de noções complexas ou transcendentais mas antes, à clarividência com que aderiu a alguns princípios simples. Destacamos, neste artigo dois desses princípios, que parecem subjacentes a todo o seu trabalho. O primeiro é a ideia de que *o comportamento é controlado pelas suas consequências*. A sua importância pode ser facilmente apreendida quando se reconhece que este princípio está subjacente a vastas áreas de diversas disciplinas científicas (por exemplo, microeconomia, teoria da decisão comportamental, aprendizagem, teoria da evolução, etc.). Na vida em comunidade, as consequências do comportamento de um indivíduo não são apenas fruto desse comportamento, mas também do comportamento dos outros e da sua interacção – daí o grande interesse de Kelley pela interdependência. No estudo da interdependência estaria a chave para a compreensão de «todo o comportamento humano» (Thibaut & Kelley, 1959). O segundo princípio qualifica o anterior, e é o de que *o nosso comportamento não se rege em função*

(*) Uma versão reduzida deste artigo foi apresentada no Boletim do ISPA: *Ser*, Maio de 2003, 12-13.

(**) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

(***) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

QUADRO 1
Breve referência à carreira de Harold Kelley

H. Keley recebeu o grau de MA em psicologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley entre 1942/43.

Após ter trabalhado no programa psicológico da aviação da força Aérea Americana, entrou para o Centro de Investigação em Dinâmica de Grupos (RCGD), de Kurt Lewin, no Massachusetts Instituto of Technology (MIT). Durante este altura, trabalha em «primeiras impressões» e «relações interpessoais» com Cartwright. Após obter o grau de doutoramento, em 1948, ingressa na Universidade de Michigan onde trabalha algum tempo com L. Festinger.

Junta-se de seguida à Yale University onde faz parte integrante do proeminente grupo de investigação de Hovland e Janis, que muito contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento no campo da Comunicação e Persuasão. Em 1957 continua os seus estudos sobre «Poder», «Influência» e «Comunicação» na Universidade de Minnesota onde desenvolve uma estreita colaboração com John Thibaut e os trabalhos que vêm marcar a sua carreira.

Em 1961 estabelece-se definitivamente como professor de psicologia na Universidade da Califórnia – Los Angeles, em 1961. O departamento de psicologia da UCLA em sua homenagem criou, após a sua morte o «Harold H. Kelley Social Psychology Memorial Fund» ao qual ficaram associados futuros trabalhos nos seus campos.

Durante a sua carreira incorpora os corpos editoriais de muitas revistas de investigação em psicologia, e entre outras actividades se destaca o ter sido foi Presidente da oitava divisão da American Psychology Association (APA) e da Western Psychology Association (WPA).

São vários os prémios de que foi alvo ao longo da sua carreira. A American Psychology Society, atribui-lhe o prémio «William James Fellow»; a American Psychology Association (1971) atribui-lhe o prémio «Distinguished Scientific Contribution»; a Society of Experimental Social Psychology atribui-lhe o prémio «Distinguished Scientific»; a Society for the Psychological Study of Social Issues (1990) atribui-lhe o prémio «Kurt Lewin» e a American Sociological Association (1999) atribui-lhe o prémio «Cooley-Mead».

das suas consequências objectivas mas sim da forma como subjectivamente interpretamos as consequências passadas do nosso comportamento ou antecipamos as suas consequências futuras. Daí que os seres humanos não estejam apenas interessados na mera observação do contexto social em que se inserem, os seres necessitem de o explicar e prever. Não espanta por isso, que a atribuição causal, ou seja a forma como as pessoas explicam os acontecimentos se tornasse rapidamente numa das áreas mais fundamentais não só da Psicologia Social mas também de toda a ciência psicológica. Aliás, a insistência de Kelley na necessidade de levar em considerações, não apenas os estímulos sociais a que os comportamentos humanos respondem, mas também a forma como o estímulo é representado cognitivamente (Kelley, 1967) foi, em grande parte, responsável pela emergência da Cognição

Social, uma área de charneira entre a Psicologia Cognitiva e Social actualmente em plena expansão. A maneira como estes pressupostos foram desenvolvidos por Kelley é brevemente descrita nos parágrafos seguintes.

1. O COMPORTAMENTO COMO FUNÇÃO DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS E O ESTUDO DA INTERDEPENDÊNCIA

Kelley abordou a interdependência principalmente através de jogos experimentais e instrumentos derivados da teoria dos jogos (Von Neumann & Morgenstern, 1947; Luce & Raiffa, 1957). Um jogo experimental é uma tarefa de laboratório usada para descrever a forma como os indivíduos agem em situações de interdependência, em que a) cada indivíduo toma decisões

TABELA 1
Matriz de consequências relativa ao Dilema dos Prisioneiros

	Jogador A escolhe C	Jogador A escolhe NC
Jogador B escolhe C	10 / 10	50 / -50
Jogador B escolhe NC	-50 / 50	-10 / -10

Nota. Os números referem-se às consequências de cada combinação de escolhas dos dois jogadores A (à esquerda de cada célula) e B (à direita de cada célula). Números positivos representam consequências favoráveis e números negativos representam consequências desagradáveis.

que afectam o seu bem-estar e o bem-estar dos outros, b) as consequências destas decisões são expressas numericamente e c) os números que representam as consequências destas decisões são determinados pelo experimentador, tipicamente por uma matriz de consequências (Pruitt & Kimmel, 1977). Na Tabela 1 apresenta-se um exemplo destas matrizes que será discutido mais adiante.

Na sua abordagem à problemática da interdependência, Kelley estudou desde as chamadas «situações sociais mínimas» (Kelley, Thibaut, Radloff & Mundy, 1962) até situações de cooperação que envolvem um número elevado de jogadores em interacções complexas (Kelley & Grezlak, 1972). Nas situações sociais mínimas, cada jogador permanece isolado num cubículo, desconhecendo a existência de outros jogadores. Nesse cubículo é levado a optar entre dois botões e após cada escolha recebe uma recompensa ou uma punição. No entanto, a opção de cada jogador nunca afecta directamente o seu bem-estar, apenas afecta o bem-estar dos outros jogadores. A situação objectiva de interdependência leva à cooperação (cada jogador escolhe o botão que recompensa os outros jogadores) mesmo quando a existência de outros jogadores é ignorada. Mas nem sempre estes jogos têm um fim feliz. Por exemplo, a matriz de consequências representada na Tabela 1 descreve a interdependência que existe entre dois jogadores A e B e corresponde a um jogo clássico chamado «dilema dos

prisioneiros»¹. Cada jogador tem de optar entre a resposta C (de cooperação) e a resposta NC (de não-cooperação). Neste caso, a opção NC maximiza o ganho individual na medida em que o jogador que opte por NC obterá sempre melhores resultados qualquer que seja a opção do outro jogador. Se não vejamos, se o jogador B tiver optado pela resposta NC, a resposta NC traz ao jogador A -10 pontos mas a resposta C acarreta um resultado ainda pior (-50); se o jogador B tiver optado pela resposta C, então a resposta NC leva o jogador A a obter +50 pontos, enquanto que a resposta C leva a um muito pior resultado (+10). Por isso as respostas NC tenderão a imperar. No entanto, em conjunto, os dois jogadores alcançariam consequências mais favoráveis se ambos escolherem C (+10 pontos para cada um) do que se ambos se ambos escolherem NC (-10 pontos para cada um). E pior: o predomínio de respostas NC sobre respostas C tende a intensi-

¹ O dilema dos prisioneiros refere-se a uma situação em que dois criminosos tentam obter a mínima pena possível. Cada um poderá ver a sua «pena» reduzida ao mínimo se denunciar o parceiro (resposta NC) e se este o não denunciar (resposta C). Tal leva a que ambos escolham a resposta NC – o que conduz a uma pena mais pesada do que se ambos optassem por respostas C. A situação de jogo ilustra como o melhor resultado individual nem sempre coincide com o melhor resultado colectivo.

ficar-se à medida que se aumenta o número de jogadores (Kelley & Grezlak, 1972; Dawes, 1980). Uma linha muito importante de pensamento actual defende aliás que muitos dos problemas do mundo actual como a fuga aos impostos, a não utilização de tecnologia que minimize a poluição, o excessivo consumo de energia, a excessiva utilização de automóveis particulares, a superpopulação, etc. advêm de uma estrutura de interdependência semelhante a um jogo como o dilema dos prisioneiros com jogado com um grande número de jogadores (Dawes, 1980; Hardin, 1968). Também nestes casos, a tentativa de obter o maior ganho individual leva a uma situação altamente desfavorável para todos.

Kelley, para além de ter sido um dos primeiros autores a introduzir este tipo de paradigma em Psicologia Social, desenvolveu uma teoria específica de interdependência (Thibaut & Kelley, 1959; Kelley & Thibaut, 1978; Kelley, 1979; Kelley, 1983; Kelley, Holmes, Kerr, Reis, Rusbult & Van Lange, 2003). Essa teoria da interdependência aplica-se quer a relações diádicas quer a relações grupais. Pressupõe que qualquer interacção entre indivíduos ou grupos tem subjacente um repertório variado de possíveis comportamentos, mas que a sequência de comportamentos exibidos pelos dois agentes é dependente do seu comportamento conjunto. Com vista a activar um dado comportamento do seu repertório o agente «A» tem de prever o comportamento do seu interlocutor «B» e computar o resultado conjunto do seu comportamento e do parceiro. Deste modo o valor do resultado da interacção para cada parceiro é determinado pelo seu comportamento contingente ao do parceiro. Um pressuposto básico é o de que este resultado conjunto pode ter uma valência positiva ou negativa para o indivíduo. Assim numa *perspectiva económica das relações interpessoais*, o «outro» é percebido como fonte de prazer (ganho) ou de dor (custos) para o indivíduo e interacção estabelecida determina os custos e ganhos de cada um. Os custos descritos na matriz de consequências referem-se, assim, aos elementos da relação que têm um peso negativo para o indivíduo (*stress*, energia, atenção). Os ganhos referem os elementos da relação que têm um peso positivo para o indivíduo (divertimento, alívio, atenção, etc.).

A teoria de interdependência proposta por Kelley superou algumas das limitações comuns nas aplicações da teoria dos jogos. Nomeadamente, Kelley considerou a matriz de consequências do ponto de vista idiossincrático de cada «jogador» e contemplou uma hipótese muito simples, habitualmente não considerada, a de que para além das opções específicas identificadas na matriz de consequências, cada «jogador» possui uma outra opção – a de não jogar! Kelly hipotetiza, assim, que cada jogador possui valores padrão idiossincráticos de expectativas de custos e recompensas associados a uma dada interacção social. Estes valores padrão ou níveis de comparação (CL – *comparison level*) determinam o que cada actor, a partir da sua experiência e valores pessoais considera satisfatório obter como resultado da interacção. No entanto, não é directamente o nível de comparação que determina a permanência numa dada interacção. A permanência é determinada pelo nível de comparação das alternativas (CL_{alt} – *comparison level of the alternatives*). Daí que seja possível que um indivíduo se mantenha numa relação ou num grupo que considera insatisfatório porque as alternativas disponíveis não são mais favoráveis. Os valores do padrão de comparação (CL – *comparison level*) reflectem o sentimento «do que devia ser o resultado a obter da interacção», podendo ser definidos quer pelo mínimo valor positivo ou pelo máximo valor negativo aceitável, dadas as alternativas de acção disponíveis (CL_{alt} – *comparison level of the alternatives*). Da comparação dos resultados reais (*outcomes*) com os valores padrão de comparação, define-se, então, tanto o grau de «satisfação» com a relação como a «estabilidade» da relação.

Kelley insistiu no carácter dinâmico e temporal dessas matrizes descrevendo a forma como as matrizes de consequências que descrevem uma interacção podem ser modificadas pela acção e interacção dos indivíduos envolvidos. A operacionalização da dinâmica de uma relação, é assim, engenhosamente definida pelo conceito de «transformação sucessiva das matrizes». Kelley e Thibaut (1978) avançam descrevem vários processos de «transformação sucessiva das matrizes» (para uma revisão dos desenvolvimentos desta abordagem ver Rusbult & Van Lange, 1999; Kelley et al., 2003). Exemplificando, um processo de «transformação» por motivação re-

TABELA 2
Matriz de consequências relativa a uma hipotética relação interpessoal

		Mãe	
		Não autoriza a saída	Autoriza a saída
Filho	Não saí à noite	-8 / 4	-4 / 8
	Saí à noite	4 / -8	8 / 4

Nota. Os números referem as consequências para cada «jogador». Na definição desta relação entre mãe e filho, o comportamento do filho «sair à noite» tem para este um ganho positivo, que é, no entanto, mais reduzido (4) quando o realiza sem a autorização da mãe. A saída do filho é percebida como negativa pela mãe, apenas quando este o faz sem a sua autorização (-8). Quer o facto do filho ser obediente, quer o de ficar em casa com a mãe, tem uma valência igualmente positiva para esta.

flecte-se na mudança dos custos e ganhos associados à matriz por se aumentar ou diminuir os resultados contingenciais relativos a um dado parceiro. Na relação hipotetizada na Tabela 2 o facto do filho se preocupar com o «estado em que a mãe fica» por ele sair sem a sua autorização, pode levá-lo a não associar consequências positivas à sua potencial digressão nocturna. Em alternativa, se o filho passar a «não se preocupar com as consequências para a mãe», passará a retirar os mesmos dividendos de uma saída à noite, quer tenha ou não tenha a autorização da mãe para sair de casa.

Os autores propõem igualmente a ideia de que as características («disposicionais») que afectam o tipo de relação estabelecido entre dois indivíduos, pode ele próprio transformar-se ao longo do tempo. Assim a teoria da interdependência pressupõe que os indivíduos podem «transformar» uma dada situação de acordo com as suas orientações relacionais gerais, tais como a tendência para tentar obter o máximo ganho individual, o máximo ganho conjunto ou ganhos equitativos para todos os parceiros (Kelley & Thibaut, 1978). Um exemplo clássico, é a célebre hipótese do triângulo (Kelley & Stahelski, 1970a) que prediz que jogadores de orientações não-cooperativas (jogadores que procuram o

máximo ganho individual, os chamados «falcões») que joguem entre si mantêm essa orientação indefinidamente. O mesmo acontecendo a jogadores de orientação cooperativa (jogadores que procuram maximizar os ganhos conjuntos, as chamadas «pombas»). Mas se falcões e pombas jogarem entre si, a atitude agressiva dos falcões leva as pombas os a transformar jogos de soma não-nula (isto é, jogos em que ambos os jogadores podem sair a ganhar) em jogos de soma nula (isto é, jogos em que os ganhos de cada jogador reflectem as perdas do outro). Quer dizer, as pombas só sobrevivem como pombas se nunca encontrarem falcões, visto que os falcões transformam as pombas em falcões! As consequências éticas destes resultados para a vida em sociedade são por demais evidentes.

Mantendo o foco no estudo das relações interpessoais, Kelley (Kelley, 1979; 1983) estendeu a sua abordagem à compreensão das relações íntimas como as do amor, amizade e camaradagem. Nestes casos, dá-se uma transformação muito particular na matriz relacional de consequências. Quer dizer, as relações de interdependência ao evoluírem para uma relação de intimidade acarretam modificações especiais na natureza das trocas que se verificam entre os parceiros. É que a satisfação das necessidades e desejos do par-

ceiro passam a ser também uma necessidade e um desejo do outro – os desejos dos parceiros tornam-se menos distinguíveis dos nossos e os conflitos potenciais entre ganhos individuais e conjuntos diluem-se (Kelley, 1979).

Vimos assim, como este primeiro princípio de que «*o nosso comportamento não se rege em função das suas consequências objectivas mas sim da forma como subjectivamente interpretamos as consequências passadas do nosso comportamento ou antecipamos as suas consequências futuras*» serviu para Kelley desenvolver um autêntico Atlas da vida social e das suas vicissitudes (Kelley, Holmes, Kerr, Reis, Rusbult & Van Lange, 2003). Passemos, agora, à discussão do segundo princípio.

2. O COMPORTAMENTO COMO FUNÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTÍMULOS SOCIAIS: O ESTUDO DA ATRIBUIÇÃO CAUSAL

No seu estudo da interdependência frequentemente, Kelley se deparava com o facto do comportamento dos indivíduos não ser uma resposta directa às consequências passadas, presentes ou futuras desse comportamento mas sim da forma como elas eram representadas subjectivamente (por exemplo, Kelley, 1967; Kelley & Stahelski, 1970b). Mais propriamente, uma mesma opção NC num jogo experimental poderá ser tomado como reflectindo disposições anti-cooperativa ou não, em função da atribuição dessa resposta a uma disposição de falcão do jogador que a escolhe ou à situação – ou seja, como resposta à opção anterior do outro jogador (Kelley & Stahelski, 1970a). Esta questão psicológica central levou Kelley a aproximar-se do trabalho de Fritz Heider (1944, 1958) sobre as explicações leigas para o comportamento e outros acontecimentos sociais.

Para Kelley (1967), o percipiente social necessita de explicar os acontecimentos que ocorrem no contexto em que se insere para que lhe seja possível prever e controlar esse contexto. Em grande número de situações, para Kelley (1967) a explicação causal de um comportamento resume-se à selecção de um entre três candidatos causais possíveis (e das suas combinações), a pessoa que praticou esse comportamento, o estímulo a que esse comportamento

respondeu e a circunstância temporal ou outra em que a interacção actor-estímulo. A necessidade do actor se empenhar numa busca informacional conducente a uma atribuição, mais uma vez não é resultado directo da natureza objectiva dos efeitos ocorridos. Essa necessidade (ou dependência informativa) ocorre quando a variabilidade da ocorrência do efeito associada à presença ou ausência do estímulo é inferior à associada às pessoas e/ou às circunstâncias. Quer dizer, na construção de um mundo cognitivo estável, os actores preferem um mundo em que diferentes estímulos levam a diferentes efeitos do que um mundo em que os mesmos estímulos levam a diferentes efeitos em função das pessoas ou das circunstâncias. Esta comparação entre variabilidade da ocorrência dos efeitos devido à sua associação com diferentes estímulos e a variabilidade devida à sua associação com diferentes pessoas e/ou circunstâncias funciona como um *nível de comparação informativo* (CL_i , por analogia com o que se passa na teoria da interdependência) e também foi comparado por Kelley com o quociente F de Snedecor, (a estatística correspondente ao teste ANOVA – Kelley, 1967). Sempre que essa comparação conduz à dependência informativa (quando a variação devida às pessoas e circunstâncias se sobrepõe à devida aos estímulos), o percipiente tentará obter a informação que melhor corrige a sua situação de incerteza, realizando o teste mais informativo (por analogia com um CL_{alt} – *nível de comparação das alternativas*). Esses testes realizam-se recolhendo informações sobre as diferenças na incidência do efeito resultantes da presença ou ausência de cada causa potencial (mantendo constante a presença das outras). Assim, ao teste que consiste na observação do impacto da presença ou ausência do estímulo na incidência do efeito a explicar (na presença das mesmas pessoas e circunstâncias) chamou Kelley, *Distintividade*, ao teste que consiste na observação do impacto da presença ou ausência da pessoa na incidência do efeito a explicar (na presença dos mesmos estímulos e circunstâncias) chamou Kelley, *Consenso*, e ao teste que consiste na observação do impacto da modificação das circunstâncias na incidência do efeito a explicar (na presença dos mesmos estímulos e pessoas) chamou Kelley, *Consistência* (Kelley, 1967). Esses testes permitem ao percipiente seleccionar a

condição a ser elegida como causa. Essa seleção realiza-se seguindo o princípio da «co-variância» – é seleccionada como causa, a condição que co-varia com o efeito no tempo, quer dizer, que está presente quando o efeito está presente e ausente quando o efeito está ausente (Kelley, 1973). Claro que a obtenção desta informação nem sempre é possível porque nem sempre possível recolher observar condições potenciais para ocorrência do efeito a explicar que correspondam às exigências dos testes de Distintividade, Consenso e Consistência. Nesses casos, o percipiente recorrerá ao seu repertório de *esquemas causais* para inferir a causa (Kelley, 1972a, 1972b, 1973) ou para interpretar a informação disponível (Orvis, Cunningham & Kelley, 1975).

A visão de Kelley sobre o processo de atribuição causal privilegia a analogia do homem comum com o cientista, encarando o percipiente leigo como ser cognitivo eminentemente racional (Kelley, 1967, 1973). Hoje em dia, este paralelo entre o funcionamento do dia a dia do homem e o seu funcionamento enquanto ser passível de ditar e usar as leis da lógica, é geralmente considerado menos útil devido às limitações de racionalidade encontradas no funcionamento cognitivo (Gilovich, Griffin & Kahneman, 2002). No entanto, o princípio avançado por Kelley como critério de identificação de causas, continua a ocupar um lugar proeminente na literatura (Cheng, 1997).

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Em 2003, Harold Kelley deixou de contribuir directamente para o desenvolvimento do conhecimento sobre o ser humano. O impacto desta contribuição para vários campos da psicologia e sociologia, não parece, no entanto, ir ter fim.

Neste artigo quisemos salientar a ideia geral subjacente a todos os trabalhos desenvolvidos por Kelley de que, *o modo como subjectivamente interpretamos as consequências passadas do nosso comportamento ou antecipamos as suas consequências futuras controla o nosso comportamento actual*. Mas a interpretação subjectiva das nossas acções, por vivermos em sociedade, é ela própria, dependente do comportamento dos que nos rodeiam. E assim, que «a consequência

inevitável de o ser humano viver em sociedade é, (essa) compreensão de que vive o mundo de forma subjectiva, acompanhada por um forte desejo de quebrar esta privacidade e estabelecer contacto com uma outra mente» (1979, p. 169).

REFERÊNCIAS

- Powell, J. L., Beavers, J., & Monte, E. (2002). The 100 Most Eminent Psychologists of the 20th Century. *Review of General Psychology, 6* (2), 139-152.
- Cheng, P. W. (1997). From covariation to causation: A causal power theory. *Psychological Review, 104* (2), 367-405.
- Dawes, R. M. (1980). Social dilemmas. *Annual Review of Psychology, 31*, 169-193.
- Gilovich, T., Griffin, D., & Kahneman, D. (2002). *Heuristics and biases. The psychology of intuitive judgment*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science, 162*, 1243-1248.
- Heider, F. (1944). Social perception and the phenomenal causality. *Psychological Review, 51*, 358-374.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Kelley, H. H., & Grzelak, J. (1972). Conflict between individual and common interest in an N-person relationship. *Journal of Personality and Social Psychology, 21* (2), 190-197.
- Kelley, H. H., & Stahelski, A. J. (1970a). Errors in perception of intentions in a mixed-motive game. *Journal of Experimental Social Psychology, 6* (4), 379-400.
- Kelley, H. H., & Stahelski, A. J. (1970b). The inference of intentions from moves in the Prisoner's Dilemma game. *Journal of Experimental Social Psychology, 6* (4), 401-419.
- Kelley, H. H., & Stahelski, A. J. (1970). Social interaction basis of cooperators' and competitors' beliefs about others. *Journal of Personality and Social Psychology, 16* (1), 66-91.
- Kelley, H. H., & Thibaut, J. W. (1978). *Interpersonal relations: A theory of interdependence*. New York: Wiley.
- Kelley, H. H. (1967). Attribution theory in social psychology. *Nebraska Symposium on Motivation, 15*, 192-238.
- Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychology, 28*, 107-128.
- Kelley, H. H. (1972a). Attribution in social interaction. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. S. Nisbett, S. Valins, & B. Weiner (Eds.), *Attribution: Perceiving the causes of behavior* (pp. 11-26). Morristown, NJ: General Learning Press.

- Kelley, H. H. (1972b). Causal schemata and the attribution process. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. S. Nisbett, S. Valins, & B. Weiner (Eds.), *Attribution: Perceiving the causes of behavior* (pp. 151-174). Morristown, NJ: General Learning Press.
- Kelley, H. H. (1983). Perceived causal structures. In J. Jaspars, F. D. Fincham, & M. Hewstone (Eds.), *Attribution theory and research: Conceptual, developmental and social dimensions* (pp. 343-369). London: Academic Press.
- Kelley, H. H. (1979). *Personal relationships: Their structure and process*. Hillsdale, N.J: Erlbaum.
- Kelley, H. H., Holmes, J. G., Kerr, Reis, H. T., Rusbult, C. E., & Van Lange, P. A. M. (2003). *An atlas of interpersonal situations*. New York: Cambridge University Press.
- Kelley, H. H., Thibaut, J., Radloff, R., & Mundy, D. (1962). The development of cooperation in the «minimal social situation». *Psychological Monographs*, 76 (19, Whole No. 538), 19.
- Luce, R. D., & Raiffa, H. (1957). *Games and decisions. Introduction and critical survey*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Orvis, B. R., Cunningham, J. D., & Kelley, H. H. (1975). A closer examination of causal inference: The roles of consensus, distinctiveness, and consistency information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 605-616.
- Pruitt, D. G., & Kimmel, M. J. (1977). Twenty years of experimental gaming: Critique, synthesis, and suggestions for the future. *Annual Review of Psychology*, 28, 363-392.
- Rusbult, C. E., & Van-Lange, P. A. M. (1996). Interdependence processes. In E. T. Higgins, & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp. 564-596). New York, NY: Guilford Press.
- Thibaut, J. W., & Kelley, H. H. (1959). *The social psychology of groups*. New York: Wiley.
- Von-Neumann, J., & Morgenstern, O. (1947). *Theory of games and economic behavior* (2d rev. ed.). Princeton, NJ: Princeton University Press.

RESUMO

Este artigo pretende ser uma homenagem ao psicólogo social Harold Kelley falecido no início do ano de 2003. Nele apresentamos os trabalhos do autor no campo de estudo da Interdependência e da Atribuição Causal, defendendo que o seu brilhantismo deve-se não tanto à defesa de noções complexas ou transcendentais mas antes, à clarividência com que definiu as suas ideias em torno de dois princípios básicos: o de que comportamento é controlado pelas suas consequências, e o de que estas consequências têm um carácter subjectivo que é influenciado pelo modo como interpretamos as consequências passadas ou antecipamos as futuras.

Palavras-chave: Harold Kelley, interdependência, atribuição causal.